

CONSELHO DELIBERATIVO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho Deliberativo do Clube de Campo de Mogi das Cruzes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, S 5º do Estatuto Social, CONVOCA os Senhores Conselheiros para, em Reunião Extraordinária a ser realizada virtualmente, pela "internet", no dia vinte e oito de maio do corrente ano (28/05/2020), com primeira chamada às dezenove (19) horas, com o acesso obrigatório de dois terços (2/3) dos membros e, em segunda chamada às dezenove horas e trinta minutos (19h30min), com qualquer número de acessos, acessarem, por meio de um "link" que lhes será enviado no dia e horário da reunião acima indicada, através do aplicativo "ZOOM", em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19, no período em que perdurarem as medidas legais que impossibilitam a abertura das dependências do CCMC e, conseqüentemente, o ingresso ao clube pelos associados, conforme abaixo exposto.

Ficam os senhores conselheiros, desde já, notificados de que a ausência, assim como ocorreu na reunião virtual do dia quatro pp. (04/05/2020), será computada para todos os fins e efeitos previstos no estatuto do clube, o que poderá, inclusive, ensejar a exclusão do faltante do quadro de conselheiros do CCMC, caso atinja o número de faltas previsto para tal.

- Abertura.

- Assuntos Gerais:

- Justificativas de ausências.

- Ordem do dia:

- a) Aprovação das atas das reuniões anteriores (12/09/2019, 17/12/2019, 02/01/2020 e 04/05/2020);
- b) Aprovação do fechamento do primeiro trimestre de dois mil e vinte;
- c) Deliberação sobre desconto temporário de 30% nas taxas de manutenção, aplicada somente aos associados adimplentes, dos meses de junho e julho/2020, conforme proposta a ser apresentada na reunião pela Diretoria. Para os associados com qualquer pendência financeira a Diretoria estará abrindo negociação para sua regularização.

- Encerramento.

Mogi das Cruzes, 19 de maio de 2020.

OSWALDO JORGE PIERUCETTI
Presidente do Conselho Deliberativo

Fundado em 06 de agosto de 1957

CONSELHO DELIBERATIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho Deliberativo do Clube de Campo de Mogi das Cruzes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, § 5º do Estatuto Social, CONVOCA os Senhores Conselheiros para, em Reunião Ordinária, estarem no dia **17 de dezembro de 2019 - terça-feira**, com primeira chamada às **19h30**, com a presença obrigatória de dois terços (2/3) dos membros, e em segunda chamada meia (1/2) hora depois, ou seja, às **20h00**, com qualquer número de presentes, em sua sede - no salão **PRIVE**, sito na R. Duarte de Freitas, 133, como segue:

-Abertura

Abertura

-Assuntos gerais:

- a) *Justificativas de ausências;*
- b) *Correspondências recebidas e emitidas.*

-Ordem do dia:

- a) *Aprovação a ata da reunião do dia 12/11/2019;*
- b) *Deliberação sobre orçamento 2020;*
- c) *Deliberação sobre venda de títulos (Precários);*

-Encerramento

Mogi das Cruzes 10 dezembro de 2019


OSVALDO JORGE PIERUCETTI
Presidente do Conselho Deliberativo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CLUBE DE CAMPO DE MOGI DAS CRUZES, REALIZADA ÀS VINTE (20) HORAS DO DIA DEZESSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE (17/12/2019).

Às vinte horas do dia dezessete de dezembro do ano de dois mil dezenove, no Salão Privê do Clube de Campo de Mogi das Cruzes, situado na Rua Duarte de Freitas, n.º 133, Parque Monte Líbano, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, após cumpridas todas as formalidades legais e estatutárias, atendendo à regular convocação do Sr. Osvaldo Jorge Pierucetti, Presidente do CONSELHO DELIBERATIVO DO CLUBE DE CAMPO DE MOGI DAS CRUZES, conforme EDITAL DE CONVOCAÇÃO datado de dez de dezembro de dois mil e dezenove (10/12/2019), em segunda chamada, com a presença dos que assinaram a lista de presenças própria, a qual faz parte integrante desta ata, reuniram-se os membros do aludido Conselho para tratarem da seguinte ORDEM DO DIA: “**a)** Aprovação da ata da reunião do dia 12/11/219; **b)** Deliberação sobre orçamento 2020; **c)** Deliberação sobre venda de títulos (Precários)”. Iniciando-se os trabalhos o Sr. Presidente agradeceu à presença de todos e passou a palavra ao secretário, Sr. Afonso Antonio Ventura, o qual fez a leitura do edital de convocação e informou aos presentes a relação dos membros que enviaram as suas justificativas de ausência, os quais foram: Aristeu Franco Junior; Sidney Francisco de Mello; Francisco Pieri Neto; Célio Curi Ennes; Regis Manoel, Aloma Telles Oliveira Mello de Barros, esta última por meio do aplicativo Whatsapp, comprometendo-se a entregar por escrito no dia seguinte. Na sequência o secretário informou aos presentes que haviam sido enviadas duas correspondências: uma pela Diretoria Executiva, relativas à venda de títulos, assunto que seria debatido no decorrer da reunião e uma enviada pelo conselheiro Sidney Francisco De Mello, solicitando informações à Diretoria Executiva, a qual não foi lida, entretanto colocada à disposição de todos os conselheiros, para que aqueles que desejassem solicitassem cópias da mesma, para conhecimento do inteiro teor, o que não foi solicitado por nenhum conselheiro, até o final da reunião. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente, dando cumprimento à letra “a” da ordem do dia, colocou em votação a aprovação das atas das reuniões anteriores, perguntando se os presentes davam as mesmas por aprovas, no que não foi contrariado por nenhum dos presentes, dando-se por aprovadas as duas atas, por unanimidade. Passado ao item seguinte – “Deliberação sobre orçamento 2020” o Presidente ofereceu a palavra à Comissão de Orçamento. O Conselheiro Afonso Jurandir de Moraes, Presidente da Comissão de Orçamento tomou

a palavra e fez uma explanação sobre os trabalhos realizados pela comissão, mencionado que, como parte do processo de estudo, haviam inclusive sido realizadas reuniões com os membros da Diretoria Executiva, solicitando esclarecimentos e detalhamentos relativos à proposta pela mesma enviada. O conselheiro Afonso Jurandir pediu que ficasse consignado em ata a sua solicitação de que os membros da Diretoria Executiva, especialmente os senhores Pedro Paulo e Júlio Maldonado, se comprometessem a cumprir rigorosamente o cronograma, no sentido de que a D.E. deva sempre enviar a proposta orçamentária, para prévia análise dos membros do Conselho Deliberativo, na primeira quinzena do mês de novembro, para que estes tivessem tempo hábil para uma melhor análise da proposta. Explicou que no decorrer do ano de dois mil e dezenove ocorreram “desvios” no tocante às despesas e às receitas. O conselheiro Afonso Jurandir, no decorrer de suas explicações, fazendo uso de projeções de imagens geradas no aplicativo “PowerPoint”, detalhou os trabalhos realizados pela Comissão de Orçamento, esmiuçando os demonstrativos de receitas e despesas, esclarecendo que o proposto estava desto do esperado pela comissão; colocou como “desafio” para a D.E. uma melhor gestão do item “receitas gerais”, no sentido de que as mesmas fossem aumentadas; explicou sobre receitas e despesas dos eventos sociais, esportivos e culturais, esclarecendo que tais áreas, mesmo que em pequenas proporções, sempre têm sido deficitárias; parabenizou a D.E. pelo fato de que a mesma conseguiu aumentar as receitas; explicou que os itens “despesas com funcionários e terceiros” representam cinquenta por cento das despesas; explicou que houve um aumento de oito por cento nas despesas com funcionários próprios e uma redução e quatro por cento nas despesas com terceiros, de forma que, na média, chegou-se a um aumento de quatro por cento nas despesas com mão de obra; seguiram-se aos debates, havendo sido feitos questionamentos relativos às despesas bancárias, de correios e cartorárias, principalmente. Em resposta aos questionamentos o conselheiro Afonso Jurandir esclareceu que a comissão de orçamento fazia uma análise macro do orçamento e que quaisquer dúvidas mais detalhadas deveriam ser solicitadas à Diretoria Executiva, especificamente nas pessoas dos Diretores Financeiros. Sequenciando as explicações Afonso Jurandir falou sobre as receitas e despesas propostas para utilidades (energia, telefone, etc...), manutenção, eventos (sociais, esportivos e culturais), investimentos e mobilizado, explicando detalhadamente, com base nas planilhas fornecidas pela D.E. e após indagações de diversos membros do Conselho, todos os valores propostos para cada área e apresentando as considerações da Comissão de Orçamento. Para dirimir dúvidas dos presentes o diretor executivo, Waldir Zago, fez uso da palavra e, inclusive respondendo a indagações de alguns conselheiros, informou sobre detalhes de obras,

investimentos e manutenção já realizados, não realizadas e os que deveriam ser realizadas no ano de dois mil e vinte. Retomando a palavra Afonso Jurandir solicitou ao Presidente do Conselho deliberativo que acrescentasse mais um ou dois membros, engenheiros, na Comissão de Orçamento e na sequência, fazendo uso da planilha de “Relatório Sintético de Receitas e Despesas”, fornecida pela Diretoria Executiva, passou a fazer as recomendações da Comissão de Orçamento, as quais foram: primeira recomendação – que a D.E. reexamine os valores para que haja uma redução do déficit nos eventos esportivos e sociais; segunda recomendação – priorizar os gastos nos investimentos e mobilizados, colocando-se prioridades nas realizações das obras e/ou aquisições de equipamentos; terceira recomendação – estudar uma reutilização para o espaço atualmente destinado à cancha da bocha, dando-lhe nova destinação de uso, tendo em vista a ociosidade que o espaço vem apresentando no decorrer dos últimos cinco ou seis anos; quarta recomendação – substituição da iluminação do campo de futebol “society” atual por lâmpadas de “led”; quinta recomendação - rever o cronograma físico-financeiro, inclusive incrementando processo licitatório para obras já previstas. Com base nas explicações e recomendações acima exaradas, a Comissão de Orçamento recomendou a provação do orçamento encaminhado pela Diretoria Executiva, com ressalvas e não aprovações momentâneas dos itens investimentos e imobilizados e eventos sociais e esportivos, com aprovação dos demais itens da proposta orçamentária apresentada. O Presidente deu a palavra ao Sr. Júlio Maldonado, Vice-Presidente da Diretoria Executiva, para que o mesmo pudesse esclarecer dúvidas dos presentes, o qual explicou sobre o aumento de gastos com: contratação de mão de obra; tarifa bancária; “taxas” de cartório; gastos nos eventos esportivos, sociais e culturais, os quais devem ser considerados, na verdade, segundo ele, como “investimentos” nos associados; processo do SEMAE, inclusive com a construção de uma estação de tratamento de esgotos; e, finalmente, explicou que todos os investimentos previstos já têm projetos executivos feitos. A Diretora Executiva de Cultura, Tatiana, fez uso da palavra e explicou que o pedido de troca dos espaços da secretaria, DADI e brinquedoteca são reivindicações que partiram dos próprios associados, por meio de uma petição com as assinaturas de mais de cento e vinte títulos. O conselheiro Afonso Jurandir voltou a fazer uso da palavra e reforçou a recomendação da Comissão de Orçamento, a qual seria a redução do déficit nos eventos sociais e esportivos, além das despesas em investimentos e imobilizados. Em suma, a Comissão de Orçamento recomendou a aprovação do orçamento apresentado pela D.E. excluindo-se da aprovação os itens: investimentos, imobilizado e eventos sociais e esportivos, os quais deveriam ser discutidos e levados a nova votação para aprovação ou não, em janeiro de dois mil e vinte. A palavra foi dada ao conselheiro

Afonso Ventura, o qual fez defesa no sentido de serem aprovados os orçamentos apresentados pela D.E. para os eventos esportivos, culturais e sociais, entendendo o mesmo quem tais eventos são os que mais contribuem para que os sócios frequentem o clube e, conseqüentemente, façam os pagamentos de suas taxas de manutenções dos títulos; também o conselheiro Jorge, Vice-Presidente do Conselho, justificou o grande aumento das despesas na área esportiva, tendo em vista o aumento na quantidade de eventos esportivos realizados pela Diretoria de Esportes. Voltando a fazer uso da palavra o conselheiro Afonso Jurandir, Presidente da Comissão de Orçamento, passou a explanar relativamente ao valor da taxa de manutenção do título, propondo que o aumento da taxa fosse, não de sete inteiros e sete décimos por cento (7,7%), como proposto pela D.E. e sim de cinco inteiros e sete décimos por cento (5,7%), o que levaria o valor da mensalidade da taxa de manutenção ao valor de duzentos e setenta e cinco reais (R\$ 275,00). Encerrados os debates, o Presidente colocou em votação primeiramente o valor mensal da taxa de manutenção, pedindo para que ficassem em pé aqueles que aprovavam o aumento de sete inteiros e sete décimos por cento (7,7%) no valor da taxa de manutenção dos títulos, proposta esta que foi aprovada com vinte e quatro (24) votos a favor, havendo a mesma recebido oito (8) votos contrários à sua aprovação. Em seguida foi colocada em votação a aprovação ou recusa da proposta orçamentária sem ressalvas, conforme encaminhada pela Diretoria Executiva, resultando em uma **receita total anual** de onze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e catorze reais (R\$ 11.547.314,00) e **despesas totais anuais** de onze milhões, trezentos e noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais (R\$ 11.393.559,00), a qual foi aprovada por maioria, obtendo vinte e sete (27) votos a favor e cinco (5) votos contrários. Passando ao próximo item da ordem o secretário fez a leitura da carta enviada pelo Presidente da D.E., solicitando autorização para a venda dos títulos precários já existentes, resgatados por falta de pagamento ou devolvidos ao clube, os quais giravam em torno de cem (100) títulos e mais os títulos que viessem a ser devolvidos, salientando que o valor a ser aplicado nas vendas dos títulos, a título precário, seria de um mil e oitocentos reais (R\$ 1.800,00), os quais poderiam ser parcelados em até doze (12) parcela mensais no valor de cento e cinquenta reais (R\$ 150,00), devendo ser aplicadas a tais títulos as mesmas regras dos atuais títulos vendidos em situação precária. Após a leitura da carta seguiu-se uma breve discussão relativa à venda dos títulos, com manifestações contrárias e favoráveis à venda solicitada pela D.E.. O Presidente colocou em votação a solicitação de autorização para a venda dos títulos, conforme proposto pela D.E., pedido que ficassem em pé aqueles que aprovavam a venda, o que foi aprovado com um total de vinte e um (21) votos. Na sequência o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a

reunião, sendo lavrada a presente ata, a qual vai assinada por mim, Afonso Antonio Ventura, Primeiro Secretário, pelo Presidente, Osvaldo Jorge Pierucetti, Pelo Vice-Presidente, Jorge Henrique de Miranda e pelo Segundo Secretário, Leandro de Paula Christo Silva, todos componentes da mesa diretora do Conselho Deliberativo.-

OSWALDO JORGE PIERUCETTI
Presidente do Conselho Deliberativo

AFONSO ANTONIO VENTURA
Primeiro Secretário

JORGE HENRIQUE DE MIRANDA
Vice-Presidente do Conselho Deliberativo

LEANDRO DE PAULA CHRISTO SILVA
Segundo Secretário